

VOTO

Em exame Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Irã Monteiro Costa, ex-prefeito de Central do Maranhão/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, na modalidade fundo a fundo, à conta dos Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (PSB/PSE), no exercício de 2010, no montante de R\$ 96.150,00.

Diante da ausência do código autenticador de entrega no demonstrativo sintético anual de execução físico-financeira dos recursos repassados, nos termos previstos na Portaria-MDS 625/2010, bem como da não manifestação do responsável quando instado a regularizar a situação, o MDS instaurou a presente TCE, em razão da omissão no dever de prestar contas.

O responsável foi notificado a apresentar ata de reunião e resolução do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), opinando sobre a prestação de contas apresentada pelo gestor, bem como planilha, semelhante ao demonstrativo sintético da execução físico-financeira, devidamente preenchida e referendada pelo CMAS.

Após as devidas notificações, sem que o responsável apresentasse defesa, o relatório do tomador de contas concluiu pela ocorrência de dano ao Erário, correspondente à integralidade dos recursos repassados.

No TCU, o responsável foi regularmente citado, chegou a solicitar prorrogação de prazo e a indicar representante legal, mas não apresentou suas alegações de defesa, tornando-se revel.

A unidade técnica e o MPTCU opinaram pela irregularidade das contas, imputação de débito e aplicação de multa. O valor atualizado da dívida, em 5/6/2017, era de R\$ 166 mil (peça 3).

Acolho os pareceres constantes dos autos como razões de decidir.

Cabe ao gestor comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos recebidos, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, do art. 93 do Decreto-Lei 200/1967 e o art. 6º, § 4º da Portaria/MDS 625/2010. A ausência de manifestação configura revelia do responsável e permite o prosseguimento do processo.

Não havendo nos autos elementos capazes de demonstrar a boa-fé do ex-Prefeito, cabível o julgamento pela irregularidade das contas, imputação de débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de março de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator